

ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

- . TEORIA GERAL DO PROCESSO
- . PROCESSO DE CONHECIMENTO
- . RECURSOS, ORDEM DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS. INCIDENTES
E AÇÕES ORIGINÁRIAS
- . CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO
- . PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
- . ARBITRAGEM

Atualizada pela EC 125/2022 e pelas Leis:

- 14.341/2022 - Associação de Representação de Municípios
- 14.365/2022 - Alteração do Estatuto da Advocacia

Londrina/PR

2023


THOTH
EDITORA



Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: o autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

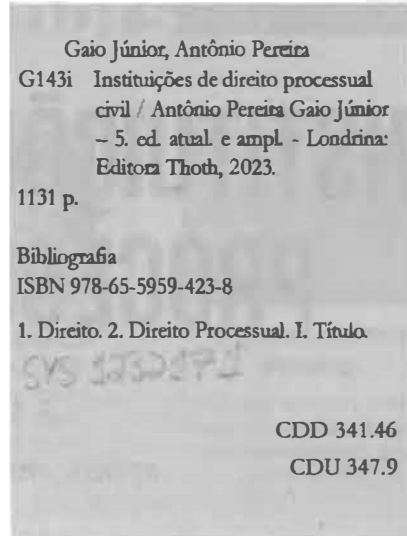
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecário: Rodrigo Alexandre Rodrigues, CRB9 / 2005



Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
NOTA À 5ª EDIÇÃO	13
PREFÁCIO	15
ABREVIATURAS.....	17
INTRÓITO	45

PARTE I

Teoria Geral do Processo	51
--------------------------------	----

CAPÍTULO 1

PROCESSO CIVIL E SUA NECESSÁRIA CONSTITUCIONALIZAÇÃO	53
--	----

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICA – O PROCESSO CIVIL NO TEMPO	57
1 Das origens	57
2 O Direito Processual Científico.....	60
3 Direito Processual e a Instrumentalidade do Processo	60
4 Processo como Meio Apto ao Desenvolvimento (Melhoria da qualidade de vida)	63
5 Direito Processual Civil no Brasil.....	64
5.1 Ordenações do Reino.....	64
5.2 Regulamento 737 e Consolidação de Ribas.....	65
5.2.1 Importância do Regulamento 737.....	65
5.2.2 Os Códigos Estaduais.....	67

5.3 Código de Processo Civil de 1939	68
5.3.1 Modificações trazidas pelo Cpc de 1939.....	68
5.3.2 Princípio da Oralidade no Cpc de 1939.....	69
6 Código de Processo Civil de 1973. Alterações Subsequentes. Tutela Coletiva. Juizados Especiais	69
7 Código de Processo Civil de 2015	73

CAPÍTULO 3

PROPEDÊUTICA PROCESSUAL E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS	79
1 Sociedade, Conflitos e Insatisfações	79
2 Métodos Primitivos e Meios Propícios à Solução de Conflitos	79
2.1 Autodefesa	80
2.2 Autocomposição	80
2.3 Mediação	82
2.4 Arbitragem	83
2.5 Online Dispute Resolution (ODR) como meio propício à solução de Conflitos	86
2.6 Procedimentos Cartorários	89
3 Controle Jurisdicional Indispensável	94
4 Função Estatal na Busca pela Pacificação Social	94

CAPÍTULO 4

JURISDIÇÃO	97
Introdução.....	97
1 Conceito	99
2 Características.....	103
3 Princípios Aplicáveis à Jurisdição.....	104
4 Poderes Intrínsecos da Jurisdição.....	106
5 Espécies de Jurisdição.....	107
6 Organização Judiciária Brasileira	114
APÊNDICE - SOBERANIA ESTATAL E NOVOS ENDEREÇOS JURISDICIONAIS	119

CAPÍTULO 5

AÇÃO.....	129
1 Conceito	129

2 Teorias sobre o Direito de Ação	129
3 Natureza Jurídica da Ação	130
4 Condições da Ação	132
5 Carência da Ação	134
6 Elementos Identificadores da Ação	134
7 Classificação das Ações	134
7.1 Segundo o Tipo de Provimento Requerido	134
7.2 Segundo o Tipo de Tutela e seus Efeitos na Ação de Cognição	135
7.3 A Tutela Inibitória	137
7.3.1 Tutela Inibitória. Previsões Legais	140

CAPÍTULO 6

PROCESSO	143
1 Processo – Instrumento Efetivo à Ampla Proteção dos Direitos	143
2 Conceito e Natureza Jurídica do Processo	145
2.1 O Processo como Contrato	145
2.2 O Processo como quase Contrato	146
2.3 O Processo como Instituição	146
2.4 O Processo como Situação Jurídica	147
2.5 O Processo como Relação Jurídica	147
3 Efetividade do Processo e seus Princípios	150
3.1 Princípios de Direito Processual Civil	152
3.2 Princípios em Espécie	153
4 Normas Processuais e sua Eficácia no Espaço e no Tempo	170
5 Processo e sua Classificação	171
6 Pressupostos Processuais	172
7 Procedimento	173
7.1 Determinação do Procedimento	174

CAPÍTULO 7

PROCESSO CIVIL E SEUS PARTÍCIPES	177
1 Partes	177
1.1 Conceito	177
1.2 Capacidade de ser parte e Capacidade Processual	178

1.2.1 Capacidade Processual dos Cônjuges	178
1.2.2 Representação das Pessoas Jurídicas e das Pessoas Formais	181
1.2.3 Curatela Especial	182
1.2.4 Sucessão das Partes e de seus Procuradores	183
1.2.5 Incapacidade Processual e a Irregularidade da Representação	185
1.3 Substituição Processual	185
1.4 Dos Deveres dos Partícipes no Processo	187
1.5 Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	190
2 Advogados	193
2.1 Capacidade de Postulação	193
2.2 O Mandato Judicial.....	193
2.3 Direitos e Deveres Específicos.....	194
2.4 Honorários Advocatícios.....	195
2.5 Gratuidade da Justiça	198
3 Litisconsórcio	201
3.1 Conceito	201
3.2 Classificação.....	201
3.3 Litisconsórcio Facultativo e seus Casuísmos Legais	203
3.4 Litisconsórcio necessário e a Eficácia da Sentença	204
3.5 Regime Jurídico de cada Litisconsorte no Processo (arts.117, 229, 391 e 1.005 do CPC).206	
4 Intervenção de Terceiros	208
4.1 Conceito	208
4.2 Assistência	209
4.2.1 Conceito.....	209
4.2.2 Assistência Simples (Adesiva) e Litisconsorcial.....	210
4.2.3 Procedimento.....	210
4.2.4 Poderes e Ônus Processuais do Assistente	211
4.2.5 A Eficácia da Coisa Julgada e sua Extensão	211
4.2.6 Observações Pertinentes.....	212
4.3 Denúnciação à Lide	212
4.3.1 Conceito.....	212
4.3.2 Hipóteses Legais.....	212
4.3.3 Procedimento.....	214
4.3.4 Denúnciações Sucessivas.....	216

4.3.5 Observações Pertinentes.....	216
4.4 Chamamento ao Processo	217
4.4.1 Conceito.....	217
4.4.2 Hipóteses Legais.....	218
4.4.3 Procedimento.....	218
4.5 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	219
4.5.1 Considerações Iniciais.....	219
4.5.2 Pessoa Jurídica: Natureza e Capacidade	221
4.5.3 Pessoa Jurídica: personalidade e sua desconsideração.....	223
4.5.4 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil brasileiro.....	228
4.5.4.1 Natureza de “incidente”.....	229
4.5.4.2 Cabimento	230
4.5.4.3 Legitimidade e Participação.....	231
4.5.4.4 Regras processuais e procedimentais	232
4.6 Amicus Curiae	234
5 Auxiliares da Justiça.....	236
5.1 Escrivão, Chefe de Secretaria e Oficial de Justiça.....	237
5.2 Perito.....	239
5.3 Depositário e Administrador	240
5.4 Intérprete e Tradutor	240
5.5 Conciliadores e Mediadores Judiciais	241
6 Ministério Público.....	245
6.1 Definições e Garantias.....	245
6.2 O Ministério Público no Cpc.....	246
7 Advocacia Pública	247
8 Defensoria Pública	249
9 Juiz.....	251
9.1 Conceito e Garantia.....	251
9.2 Poderes e Deveres	252
9.3 Impedimento e Suspeição	257
9.3.1 Disposições Gerais.....	257
9.3.2 Juiz Impedido.....	257
9.3.3 Juiz Suspeito.....	258
9.4 Incidente de Impedimento e Suspeição	258

9.4.1 Conceituação e Noções Gerais.....	258
9.4.2 Procedimento.....	259
9.5 O Dever da Ordem Cronológica de Conclusão dos Julgados.....	260

CAPÍTULO 8

COMPETÊNCIA.....	263
1 Breve Noção e Conceituação.....	263
2 Determinação Legislativa da Competência.....	263
3 Os Limites da Jurisdição Nacional e a Cooperação Internacional	264
3.1 Dos Limites da Jurisdição Nacional.....	264
3.2 Cooperação Internacional	267
3.3 Auxílio Direto	270
3.4 A Carta Rogatória	271
4 Competência Interna e seus Critérios Determinativos	273
4.1 Competência Interna.....	273
4.2 Averiguação da Competência (Possível Roteiro Metodológico).....	282
4.3 Competências Relativa e Absoluta	282
4.4 Prorrogações da Competência.....	283
4.5 Prevenção.....	287
4.6 Conflito de Competência	287
4.7 Cooperação Nacional.....	290

CAPÍTULO 9

... ATOS PROCESSUAIS.....	291
1 Conceito.....	291
2 Classificação os Atos Processuais	292
3 Forma dos Atos Processuais	303
4 Publicidade dos Atos Processuais	304
5 A Prática Eletrônica dos Atos Processuais.....	305
6 O Tempo e Lugar dos Atos Processuais.....	308
7 Prazos	310
7.1 Introdução	310
7.2 Classificação.....	311
7.2.1 Prazos Legais, Judiciais e Convencionais.....	311

7.2.2 Prazos Comuns e Prazos Particulares.....	311
7.2.3 Prazos Dilatórios e Prazos Peremptórios.....	312
7.2.4 Prazos Próprios e Prazos Impróprios.....	313
7.3 Contagem dos Prazos	313
7.3.1 O Benefício dos prazos em dobro no CPC.....	316
7.3.2 O Mecanismo Eletrônico e a contagem dos prazos.....	317
7.4 Preclusão	318
7.5 Verificações dos Prazos e Penalidades.....	319
8 Comunicação dos Atos Processuais	320
8.1 Citação.....	320
8.1.1 Destinatário da Citação Inicial	321
8.1.2 Impedimento Legal de Realização da Citação	322
8.1.3 Lugar da Citação.....	323
8.1.4 Tipos da Citação.....	323
8.1.5 Efeitos da Citação.....	328
8.2 Intimação	330
8.2.1 Modalidades de Intimação.....	331
8.2.2 Nulidade da Intimação.....	334
8.3 Cartas de Ordem, Precatória, Rogatória e Arbitral	334
8.3.1 Noções Gerais.....	334
8.3.2 Requisitos.....	335
8.3.3 Expedição e Cumprimento	335
9 Outros Atos Processuais – “Registro e Distribuição”	337
10 Nulidades	339
10.1 Introdução	339
10.2 Atos Nulos e Inexistentes	340
10.3 O Cpc e o Regramento das Nulidades.....	341
10.4 Da Querela nullitatis	342

PARTE II

Processo de conhecimento.....	347
-------------------------------	-----

CAPÍTULO 10

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	349
---	-----

1 Formação do Processo.....	349
2 Suspensão do Processo.....	350
3 Extinção do Processo.....	355
3.1 Noções Gerais.....	355
3.2 Extinção do Processo sem Resolução de Mérito.....	355
3.3 Extinção do Processo com Resolução de Mérito.....	360

CAPÍTULO 11

PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES.....	365
Introdução.....	365
2 Fase Postulatória	366
2.1 Petição Inicial	366
2.1.1 Requisitos (art. 319 do CPC).....	366
2.1.2 Despacho.....	371
2.1.3 Casos de Indeferimento da Petição Inicial.....	374
2.1.4 Extensão do Indeferimento.....	376
2.2 pedido	376
2.2.1 Classificação.....	376
2.2.2 Pedido como Limitador da Atividade Jurisdicional.....	376
2.2.3 Pedido Genérico.....	377
2.2.4 Pedido Cominatório	378
2.2.5 Pedido Alternativo	378
2.2.6 Pedidos Sucessivos	379
2.2.7 Pedido de Prestações Periódicas	379
2.2.8 Cumulação de Pedidos	380
2.2.9 Aditamento ao Pedido	381
2.3 Tutela Provisória (Urgência e Evidência).....	382
2.3.1 Introdução.....	382
2.3.2 Tutela Provisória e suas especificidades.....	383
2.3.3 Tutelas de Urgência.....	385
2.3.3.1 Tutela de Urgência Antecipada.....	388
2.3.3.2 Tutela de Urgência Cautelar.....	395
2.3.3.3 Tutela de Urgência Cautelar Antecedente.....	397
2.3.3.4 Tutela de urgência cautelar requerida em caráter inicial e incidental	400

2.3.5 Poder Geral de Cautela.....	401
2.3.6 Tutela de Evidência.....	401
2.4 Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	405
2.5 Resposta do Réu.....	406
2.5.1 Noções Gerais.....	406
2.5.2 Classificação das Espécies de Defesa.....	407
2.6 Contestação.....	408
2.6.1 Noções Gerais.....	408
2.6.2 Conteúdo da Contestação.....	408
2.6.3 Prazo.....	409
2.6.4 Forma.....	410
2.6.5 Alegação de Ilegitimidade ad causam.....	410
2.6.6 Alegação de Incompetência.....	411
2.6.7 Ônus da Impugnação Especificada.....	411
2.7 Reconvenção.....	412
2.7.1 Conceituação.....	412
2.7.2 Pressupostos.....	413
2.7.3 Procedimento.....	415
2.7.4 Autonomia da Reconvenção.....	416
2.8 Revelia e Reconhecimento do Pedido.....	417
2.8.1 Revelia Conceito.....	417
2.8.2 Efeitos da Revelia em Sentido Estrito.....	417
2.8.3 Efeitos da Revelia em Sentido Amplo.....	418
2.8.4 Não Incidência dos Efeitos da Revelia.....	418
2.8.5 Reconhecimento da Procedência do Pedido.....	420
3 Fase Saneadora.....	420
3.1 Providências Preliminares e do Saneamento.....	420
3.1.1 Breve Introdução.....	420
3.1.2 Hipóteses para a Incidência ou não das Providências Preliminares.....	421
4 Julgamento Conforme o Estado do Processo.....	422
4.1 Breves Noções.....	422
4.2 Extinção do Processo.....	422
4.3 Julgamento Antecipado do Mérito.....	423
4.4 Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	423

4.5 Saneamento e Organização do Processo. Despacho Saneador.....	424
5 Fase Instrutória ou Probatória.....	426
5.1 Introdução conceitual.....	426
5.2 Ônus da Prova.....	427
5.3 Fatos que independem de Prova.....	428
5.4 Produção Antecipada da Prova.....	429
5.4.1 Noções gerais. Cabimento.....	429
5.4.2 Competência.....	430
5.4.3 Procedimento.....	431
5.5 Ata Notarial.....	432
5.6 Modalidades de Provas.....	433
5.7 Depoimento Pessoal.....	434
5.8 Confissão.....	435
5.9 Exibição de Documento ou Coisa.....	436
5.10 Prova Documental.....	438
5.10.1 Prova Documental e Documento Eletrônico.....	440
5.10.2 Aspectos Jurídicos do Documento Eletrônico.....	442
5.10.3 O Direito à Prova Documental Eletrônica.....	443
5.10.4 À Guisa Final: o Aplicativo Whatsapp e seu Reconhecimento Probatório.....	445
5.11 Prova Testemunhal.....	448
5.11.1 Conceito e delimitação.....	448
5.11.2 Capacidade para depor.....	449
5.11.3 Procedimento.....	450
5.12 Prova Pericial.....	451
5.13 Inspeção Judicial.....	453
5.14 Prova Emprestada.....	454
5.15 Audiência de Instrução e Julgamento.....	454
5.15.1 Conceituação e Breves Considerações.....	454
5.15.2 Características.....	455
5.15.3 Atividades Preparatórias.....	456
5.15.4 A Audiência e suas Fases.....	456
5.15.5 Possibilidades de Adiamento da Audiência.....	459
6 Fase Decisória – Sentença.....	460
6.1 Sentença.....	460

6.1.1	Conceituação e Noções Gerais.....	460
6.1.2	Sentenças Terminativa e Definitiva.....	461
6.1.2.1	Terminativa.....	461
6.1.2.2	Definitiva.....	461
6.1.3	Elementos da Sentença	462
6.1.4	Emendas à Sentença	468
6.1.5	Classificação das Sentenças e seus Efeitos.....	469
6.1.6	Duplo Grau de Jurisdição (Devolução Oficial ou Recurso de Ofício)	473
6.1.7	Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa	474
6.1.7.1	A Obrigação de Emissão de Declaração de Vontade.....	476
6.2	Coisa Julgada	477
6.2.1	Conceito e noções gerais.....	477
6.2.2	Limites da coisa julgada.....	478
6.2.3	Relações jurídicas continuativas	482
6.2.4	A coisa julgada material e sua relativização.....	483

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO SUMÁRIO	491
1 Prévias considerações.....	491
2 Âmbito do procedimento sumário.....	491
3 Causas sujeitas ao procedimento sumário (Art. 275, I e II do CPC/1973 e Leis extravagantes.....	492
4 Indisponibilidade do rito sumário	494
5 Atos do procedimento sumário.....	494
5.1 Petição Inicial e seu Despacho	494
5.2 Citação.....	494
5.3 Audiência de Conciliação	495
5.3.1 Resposta do Réu	495
5.3.2 Audiência de Instrução e Julgamento. Sentença.....	496

PARTE III

Recursos, ordem dos processos nos tribunais, incidentes e ações originárias	499
---	-----

CAPÍTULO 13

TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	501
1 Introdução	501
2 Recursos	501
2.1 Breves considerações preliminares.....	501
2.2 Atos Sujeitos a Recurso	503
2.3 Princípios Gerais dos Recursos	504
2.4 Recurso Adesivo	513
2.5 Requisitos de Admissibilidade	514
2.5.1 Legitimidade.....	514
2.5.2 Inexistência de Fato Impeditivo.....	515
2.5.3 Recorribilidade da Decisão.....	516
2.5.4 Adequação do Recurso.....	518
2.5.5 Tempestividade.....	518
2.5.6 Preparo.....	523
2.5.7 Forma e Motivação.....	524
3 Juízo de admissibilidade.....	524
4 Efeitos dos recursos.....	526
5 Extinção anormal do recurso.....	528

CAPÍTULO 14

RECURSOS EM ESPÉCIE	531
1 Apelação.....	531
1.1 Conceito e Delimitação	531
1.2 Interposição.....	532
1.3 Prazo	532
1.4 Efeitos	534
1.5 Questões Novas.....	538
1.6 Procedimento	539
2 Agravo	540
2.1 Conceito e Modalidades	540
2.2 Legitimidade	540
2.3 Prazo para Interposição.....	541
2.4 Efeitos	542

2.5 Agravo de instrumento	542
2.5.1 Cabimento e Forma de Interposição.....	542
2.5.2 Documentos Obrigatórios.....	547
2.5.3 Preparo.....	548
2.5.4 Procedimento no Tribunal.....	548
2.6 Agravo interno	549
2.6.1 Cabimento e Forma de Interposição	549
2.7 Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	552
2.7.1 Cabimento e Forma de Interposição.....	552
3 Embargos de declaração.....	554
3.1 Delimitação	554
3.2 Interposição	558
3.3 Prazo.....	558
3.4 Efeitos	559
3.5 Procedimento.....	561
4 Recurso ordinário.....	564
4.1 Delimitação.....	564
4.2 Interposição	565
4.3 Prazo.....	565
4.4 Efeitos.....	566
4.5 Procedimento	566
5 Recurso especial.....	567
5.1 Delimitação.....	567
5.1.1 Requisito da Relevância (EC n.125) e sua exigibilidade no Recurso Especial.....	567
5.1.1.1 Breve nota. Processo e Desenvolvimento	567
5.1.1.2 O requisito da Relevância e a inteligência da EC n.125.....	568
5.2 Interposição	571
5.3 Prazo.....	573
5.4 Efeitos	574
5.5 Procedimento.....	575
5.6 Do Prequestionamento.....	577
6 Recurso extraordinário.....	578
6.1 Delimitação.....	578
6.2 Interposição.....	579

6.3 Prazo.....	581
6.4 Efeitos	582
6.5 Procedimento	583
6.6 Do Prequestionamento.....	584
7 Repercussão geral	585
7.1 Introdução	585
7.2 Breves Noções de Ordem Normativa.....	586
7.3 Repercussão Geral e sua Conceituação Legal	587
7.4 Procedimento no Supremo Tribunal Federal	591
8 Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	593
8.1 Ocorrência da afetação	594
8.2 Não ocorrência da afetação	596
8.3 Julgamento dos recursos repetitivos	596
9 Embargos de divergência.....	597
9.1 Delimitação.....	597
9.2 Prazo.....	599
9.3 Processamento	599
10 Súmula vinculante.....	600
10.1 Notas introdutórias. Objeto e Objetivo da Súmula Vinculante	600
10.2 Requisitos e Processamento	601
10.3 Eficácia da Súmula Vinculante e outros desdobramentos	603

CAPÍTULO 15

ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, INCIDENTES E AÇÕES ORIGINÁRIAS.....	609
1 Da ordem dos processos nos Tribunais.....	609
1.1 Os Poderes do Relator	610
1.2 Julgamento Colegiado.....	610
2 Os precedentes	616
2.1 Noções Introdutórias.....	616
2.2 Os Sistemas Da Common Law e da Civil Law: breves notas	617
2.2.1 A Common Law	617
2.2.2 A Civil Law	621
2.3 Teoria dos Precedentes	622
2.3.1. Conceito.....	622

2.3.2 Classificação.....	623
2.3.3 Ratio decidendi. Obter dictum.....	625
2.3.4 Técnicas de confronto e de superação dos Precedentes.....	627
2.4 Análise do Sistema Brasileiro frente aos Precedentes.....	629
2.5 O CPC/2015 e a vinculação obrigatória aos Julgados	635
3 Incidente de assunção de competência	641
3.1 Definição. Características. Finalidade	641
3.2 O Incidente de Assunção de Competência no CPC/2015	643
3.2.1 Introdução	643
3.2.2 O Incidente e seus requisitos.....	644
3.2.3 Legitimidade	648
3.2.4 Apontamentos procedimentais	648
3.2.5 Casuísmos da Assunção de Competência	649
4 Incidente de arguição de inconstitucionalidade	654
4.1 Procedimento	655
5 Conflito de competência	657
6 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	659
6.1 Procedimento	661
7 Ação rescisória	666
7.1 Conceito.....	666
7.2 Hipóteses de Cabimento	666
7.3 Legitimidade.....	671
7.4 Ajuizamento	671
7.5 Prazo.....	672
7.6 Procedimento	673
8 Incidente de resolução de demandas repetitivas	673
8.1 Breves Reflexões ao Tema.....	673
8.2 Noções Gerais e Procedimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	676
8.2.1 Cabimento	676
8.2.2 Legitimidade	679
8.2.3 Documentos e síntese dos requisitos essenciais	680
8.2.4 Procedimento	680
9 Reclamação	685
9.1 Nota Introdutória	685

9.2 Estado, Atividade Judicante e a preservação da Competência e dos Julgados	685
9.3 A Reclamação	688
9.3.1 Noção conceitual	688
9.3.2 Breve historicidade.....	689
9.3.3 Natureza Jurídica	690
9.3.4 Legitimidade	693
9.4 Reclamação e a preservação da competência constitucional dos Tribunais Superiores - STF e STJ	694
9.5 Reclamação e garantia da autoridade das decisões dos Tribunais Superiores - STF e STJ.....	696
9.6 A Reclamação no CPC/2015	701
9.7 O Procedimento da Reclamação no CPC/2015	706

PARTE IV

Cumprimento da sentença e processo de execução.....	709
---	-----

CAPÍTULO 16

JURISDIÇÃO, EFETIVIDADE DO PROCESSO E A SATISFAÇÃO DOS DIREITOS.711

1 Introdução e noção conceitual de execução.....	711
2 Direito processual civil brasileiro e o panorama da satisfação dos direitos: Processo de execução e cumprimento da sentença.....	712

CAPÍTULO 17

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO “CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO”

1 Introdução	715
2 Princípios da execução.....	716
2.1 princípios gerais do processo civil e sua aplicabilidade na atividade jurisdicional executiva.....	716
2.2 Princípio da Realidade (Patrimonialidade)	716
2.3 Princípio da Especificidade (Exato Cumprimento)	717
2.4 Princípio da utilidade.....	717
2.5 Princípio da menor onerosidade (menor sacrifício do executado)	717
2.6 Princípio do ônus da execução (responsabilidade do Executado).....	718
2.7 Princípio do contraditório.....	719
3 Partes	720
3.1 Legitimidade Ativa.....	720

3.2 Legitimidade Passiva	722
4 Responsabilidade patrimonial	726
4.1 Fraude à Execução	732
5 Competência.....	735
5.1 Competência para os Títulos Judiciais (art. 516)	736
5.2 Competência para os Títulos Extrajudiciais (art. 781).....	737
5.3 Atos judiciais relativos à Execução.....	739
6 Requisitos necessários para a execução	739
6.1 Inadimplemento do Devedor	739
6.2 Título Executivo	740
7 Liquidação de sentença.....	755
7.1 Noções gerais, necessidade e finalidade	755
7.2 Liquidação de Sentença e suas modalidades	758
7.3 Liquidação por Arbitramento	760
7.4 Liquidação por Procedimento Comum	761
8 Cumprimento provisório e definitivo da sentença (execução provisória e definitiva).....	763
8.1 Breves noções.....	763
8.2 Cumprimento Provisório da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa (Execução Provisória).....	764
8.3 O caso dos Títulos Executivos Extrajudiciais.....	767
9 Processo civil e os modelos de investigação patrimonial na atividade executiva.....	772
9.1 Introdução	772
9.2 Modelos de Investigação Patrimonial em sede de Direito Comparado.....	772
9.3 Processo Civil Brasileiro e o modelo de Investigação Patrimonial do Executado	776
9.3.1 SISBAJUD.....	777
9.3.2 RENAJUD.....	780
9.3.3 INFOJUD.....	782
9.3.4 Informações Imobiliárias por “Ofício Eletrônico”.....	783
9.3.5SIMBA.....	783
9.3.6 Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper).....	784
10 Medidas de execução indireta como meios efetivos à satisfação do direito inadimplido	785

CAPÍTULO 18

O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	791
1 cognição e execução: entre a dualidade e unicidade processual	791

2 cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	793
2.1 Requerimento do Exequente e sua iniciativa.....	793
2.2 Cumprimento Voluntário pelo Devedor, Multa Cominatória e Honorários Advocatícios.....	794
2.3 Nomeação de bens. Penhora e outros atos pertinentes	795
2.4 A Impugnação do Executado	797
2.4.1 Impugnação e seu conteúdo.....	798
2.4.2 Efeitos da Impugnação.....	803
2.4.3 Impugnação e a Natureza da Decisão.....	804
2.4.4 Impugnação e Defesas.....	805
3 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	807
3.1 Da Técnica de Cominação de Prisão Civil e Protesto	808
3.2 Da técnica do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa aplicada aos alimentos.....	809
3.3 Constituição de Capital na indenização por ato ilícito	810
4 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública.....	811
4.1 Procedimento	812
5 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	819
5.1 Uma introdução: A tutela específica como corolário das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa e sua regulação no novo código de processo civil.....	819
5.1.1 A Obrigação de Emissão de Declaração de Vontade.....	824
5.2 Cumprimento da Sentença que reconheça a exigibilidade de Obrigação de Fazer e de Não Fazer	825
5.2.1 Cumprimento definitivo de eventual multa.....	830
5.3 Cumprimento da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa	831
5.4 Antecipação dos Efeitos da Tutela Específica	832
5.5 A Tutela Inibitória	834
CAPÍTULO 19	
PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	839
1 Introdução	839
2 Classificação das execuções e medidas executivas.....	840
3 execuções em espécie	841

3.1 Execução para entrega de coisa certa e incerta	841
3.2 Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	844
3.3 Execução por quantia certa	847
3.3.1 Procedimento.....	848
4 Modalidades especiais de execução por quantia certa	893
4.1 Execução contra a fazenda pública	893
4.1.1 Procedimento.....	894
4.2 Execução de alimentos	901
4.2.1 Da técnica de cominação de prisão civil e protesto	901
4.2.2 Opção pela execução por quantia certa.....	902
4.3 Execução fiscal.....	903
4.4 Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	908
4.4.1 Breves considerações	908
4.4.2 Insolvência requerida pelo credor.....	910
4.4.3 Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	911
4.4.4 A Declaração Judicial de Insolvência	912
4.4.5 Verificação e Classificação dos créditos.....	912
4.4.6 Pagamento aos Credores e Saldo Devedor.....	913
4.4.7 Extinção das Obrigações.....	914

CAPÍTULO 20

EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	921
1 Considerações iniciais.....	921
2 Natureza jurídica.....	921
3 Do processamento dos embargos	922
3.1 Legitimidade para embargar.....	922
3.2 A segurança do juízo desnecessidade.....	922
3.3 Distribuição dos embargos e sua autuação.....	923
3.4 Prazo para embargar	923
3.5 Rejeição liminar dos Embargos	925
3.6 Dos efeitos.....	926
4 Dos embargos parciais	927
5 Embargos de um dos co-executados (ou subjetivamente restritos).....	928
6 Das matérias que podem ser veiculadas nos embargos	929

7	Contraditório e revelia no procedimento dos embargos à execução.....	932
8	Questões incidentais com reflexos no ato de embargar	935
9	Outros meios de defesa. A exceção de pré-executividade	937
9.1	Noções gerais	937
9.2	Origem do instituto	938
9.3	Natureza prática do instituto	940

CAPÍTULO 21

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES	943
1 Suspensão do processo de execução.....	943
2 Extinção do processo de execução	946

PARTE V

Procedimentos especiais	949
-------------------------------	-----

CAPÍTULO 22

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA.....	951
1 Introdução	951
2 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	953
2.1 Ação de consignação em pagamento.....	953
2.1.1 Noções gerais.....	953
2.1.2 Hipóteses autorizadas da consignação.....	953
2.1.3 Objeto da consignação em pagamento.....	954
2.1.4 Modalidades de consignação.....	954
2.1.5 Procedimentos da consignação.....	954
2.1.6 Observações pertinentes à consignação em pagamento.....	956
2.2 Ação de exigir contas	957
2.2.1 Noções gerais.....	957
2.2.2 Procedimento	958
2.3 Ações possessórias	960
2.3.1 Proteção possessória.....	960
2.3.2 Fungibilidade das ações possessórias.....	961
2.3.3 Natureza dúplice das ações possessórias.....	961
2.3.4 Procedimento das possessórias.....	962

2.3.5 Outros aspectos das ações possessórias	965
2.4 Ação de usucapião de terras particulares	965
2.5 Ação de divisão e da demarcação de terras particulares.....	966
2.5.1 Introdução.....	966
2.5.2 Procedimento da ação demarcatória.....	968
2.5.3 Procedimento da ação divisória.....	969
2.6 Ação de dissolução parcial de sociedade.....	970
2.7 Inventário e partilha	973
2.8 Embargos de terceiros	981
2.8.1 Conceito.....	981
2.8.2 Legitimidade.....	982
2.8.3 Procedimento e demais questões correlatas.....	983
2.9 Oposição	985
2.9.1 Conceito.....	985
2.9.2 Procedimento	985
2.10 Habilitação	986
2.10.1 Considerações gerais.....	986
2.10.2 Aspectos do procedimento da habilitação.....	987
2.11 Ações de Família.....	987
2.12 Ação monitória	989
2.12.1 Introdução.....	989
2.12.2 Requisitos	990
2.12.3 Objeto	991
2.12.4 Procedimento	991
2.12.4.1 Os embargos monitórios e sua natureza jurídica.....	994
2.12.5 Questões pertinentes à ação monitória.....	996
2.13 Homologação do penhor legal	998
2.13.1 Conceito.....	998
2.13.2 Procedimento	998
2.14 Regulação de avaria grossa.....	1000
2.15 Restauração de autos.....	1002
3 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	1003
3.1 Introdução	1003
3.2 Notificação e interpelação	1004

3.2.1 Conceito.....	1004
3.2.2 Procedimento.....	1005
3.3 Alienação judicial.....	1005
3.4 Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens de matrimônio.....	1005
3.5 Testamentos e codicilos.....	1008
3.5.1 A sucessão testamentária.....	1008
3.5.2 Abertura, registro e cumprimento do testamento.....	1009
3.6 Herança jacente.....	1010
3.7 Bens dos ausentes.....	1013
3.8 Coisas vagas.....	1014
3.9 Curatela dos interditos.....	1015
3.10 Disposições Comuns à Tutela e à Curatela.....	1018
3.11 Organização e fiscalização das fundações.....	1019
3.11.1 Introdução.....	1019
3.11.2 Organização e Fiscalização.....	1020
3.12 Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	1020

PARTE VI

Arbitragem.....	1023
-----------------	------

CAPÍTULO 23

TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM.....	1025
1 Conceito de arbitragem.....	1025
2 Historicidade e contemporaneidade.....	1028
2.1 Alterações legislativas e arbitragem (administração pública, CPC/2015 e relações individuais de trabalho).....	1032
3 Arbitragem e sua constitucionalidade.....	1040
4 Natureza jurídica.....	1044
5 Princípios aplicáveis à arbitragem.....	1049
6 Partícipes.....	1051
6.1 Partes.....	1051
6.1.1 Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	1053
6.2 Árbitro.....	1055

7 Arbitragem de direito ou de equidade critérios de julgamento.....	1059
8 Convenção de arbitragem.....	1061
8.1 Conceito.....	1061
8.1.1 cláusula compromissória.....	1062
8.1.2 Compromisso arbitral.....	1071
9 O processo arbitral.....	1074
9.1 Questões preliminares à instituição do procedimento arbitral.....	1074
9.1.1 Instituição do juízo arbitral.....	1074
9.2 Procedimento.....	1075
9.2.1 Aceitação do árbitro.....	1075
9.2.2 escolha do procedimento.....	1075
9.2.3 capacidade das partes.....	1076
9.2.4 iniciativa, defesa e conciliação das partes perante o juízo arbitral.....	1077
9.2.5 instrução.....	1078
9.2.6 Sentença.....	1079
9.2.7 medidas de urgência.....	1082
9.2.8 Arbitragem e precedentes.....	1084
9.2.8.1 Considerações introdutórias.....	1084
9.2.8.2 O respeito à aplicação dos precedentes na arbitragem.....	1089
9.3 recursos.....	1092
10 Reconhecimento e execução de sentenças e decisões interlocutórias arbitrais estrangeiras.....	1093
 BIBLIOGRAFIA.....	 1099